



Simulado Especial

SEFAZ PR

Cargo: Auditor Fiscal - Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial SEFAZ-PR (Auditor Fiscal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Fiscal do SEFAZ-PR**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/G3LWAPvTsBdek9KR9>

01 - ABCDE	27 - ABCDE	53 - ABCDE	79 - ABCDE	105 - ABCDE
02 - ABCDE	28 - ABCDE	54 - ABCDE	80 - ABCDE	106 - ABCDE
03 - ABCDE	29 - ABCDE	55 - ABCDE	81 - ABCDE	107 - ABCDE
04 - ABCDE	30 - ABCDE	56 - ABCDE	82 - ABCDE	108 - ABCDE
05 - ABCDE	31 - ABCDE	57 - ABCDE	83 - ABCDE	109 - ABCDE
06 - ABCDE	32 - ABCDE	58 - ABCDE	84 - ABCDE	110 - ABCDE
07 - ABCDE	33 - ABCDE	59 - ABCDE	85 - ABCDE	111 - ABCDE
08 - ABCDE	34 - ABCDE	60 - ABCDE	86 - ABCDE	112 - ABCDE
09 - ABCDE	35 - ABCDE	61 - ABCDE	87 - ABCDE	113 - ABCDE
10 - ABCDE	36 - ABCDE	62 - ABCDE	88 - ABCDE	114 - ABCDE
11 - ABCDE	37 - ABCDE	63 - ABCDE	89 - ABCDE	115 - ABCDE
12 - ABCDE	38 - ABCDE	64 - ABCDE	90 - ABCDE	116 - ABCDE
13 - ABCDE	39 - ABCDE	65 - ABCDE	91 - ABCDE	117 - ABCDE
14 - ABCDE	40 - ABCDE	66 - ABCDE	92 - ABCDE	118 - ABCDE
15 - ABCDE	41 - ABCDE	67 - ABCDE	93 - ABCDE	119 - ABCDE
16 - ABCDE	42 - ABCDE	68 - ABCDE	94 - ABCDE	120 - ABCDE
17 - ABCDE	43 - ABCDE	69 - ABCDE	95 - ABCDE	121 - ABCDE
18 - ABCDE	44 - ABCDE	70 - ABCDE	96 - ABCDE	122 - ABCDE
19 - ABCDE	45 - ABCDE	71 - ABCDE	97 - ABCDE	123 - ABCDE
20 - ABCDE	46 - ABCDE	72 - ABCDE	98 - ABCDE	124 - ABCDE
21 - ABCDE	47 - ABCDE	73 - ABCDE	99 - ABCDE	125 - ABCDE
22 - ABCDE	48 - ABCDE	74 - ABCDE	100 - ABCDE	126 - ABCDE
23 - ABCDE	49 - ABCDE	75 - ABCDE	101 - ABCDE	127 - ABCDE
24 - ABCDE	50 - ABCDE	76 - ABCDE	102 - ABCDE	128 - ABCDE
25 - ABCDE	51 - ABCDE	77 - ABCDE	103 - ABCDE	129 - ABCDE
26 - ABCDE	52 - ABCDE	78 - ABCDE	104 - ABCDE	130 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/zgGv>

MÓDULO I
CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

01. Assinale a frase que não exemplifica a função conativa da linguagem.

- a) Não queira ser maior que o seu próximo.
- b) Faça o que for preciso para ser feliz
- c) Nunca desista de acreditar.
- d) Cresci em meio ao caos.
- e) Preste atenção em quem está ao seu lado no caminho!

02. Assinale a frase em que a expressão “é que” faz parte da estrutura da frase e não simplesmente uma expressão de ênfase.

- a) As boas companhias é que nos fazem crescer.
- b) O segredo é que nunca deixamos de ser criança
- c) Quem vive a verdade é que nunca merece castigo.
- d) Gente ignorante é que faz piada de tudo.
- e) Quando é que seremos recompensados?

03. “Pela transgressão, o súdito recebeu punições, a realeza, recomendações”. Essa frase confirma o seguinte ditado popular:

- a) Pena intensa não cura bandido.
- b) A corda sempre arrebenta do lado mais fraco
- c) Pau que bate em Chico também bate em Francisco
- d) Quem com ferro fere, com ferro será ferido
- e) A prisão é escola do crime.

04. A frase que está redigida em linguagem formal é:

- a) Haveria bastantes dados se os falantes se sentissem mais à vontade com o gravador.
- b) Em uma pesquisa inicial, foi descrito, conforme relatado em artigos da área, inúmeros dados de fala.
- c) Tanto a língua escrita quanto a língua falada varia.
- d) Como demonstrado pela pesquisadora, existe evidências científicas da variação linguística.
- e) A pesquisa dos linguistas demonstram resultados muito interessantes.

05. “Como o verniz cobre um pote de barro, as palavras fingidas cobrem um coração mau”; no caso dessa frase, o vocábulo MAU está corretamente grafado como adjetivo; a frase abaixo em que esse mesmo vocábulo deveria ser grafado com a forma MAL, por ser um substantivo, é:

- a) A honestidade falta àquele que é um mau pagador
- b) Não é provável que um mau menino se torne um bom homem
- c) O dia mau é necessário
- d) O mau precisa ser combatido.
- e) Mais vale um bom amigo distante do que um mau amigo próximo.

06. O trecho destacado em “Devido à grande relevância do tema, a maioria do parlamento para debater a proposta” pode ser reescrito, mantendo a correção gramatical e o sentido, da seguinte forma:

- a) Devido à grande interesse no tema
- b) Em razão da importância do tema
- c) Devido a grande expectativa sobre o tema
- d) Devido a notabilidade do tema
- e) Em função à relevância do tema

07. Uma relação semântica de adversidade pode ser identificada em:

- a) A alegria me rodeava, **e** explodia dentro de mim.
- b) **Apesar de** cansado, sentia-me grato.
- c) Os alunos brincaram **e** comeram durante todo o dia.
- d) Os sábios contavam seus dias, **porquanto** a vida é preciosa demais.
- e) Os líderes **ou** os colaboradores precisam preencher a autoavaliação.

08. A preposição destacada estabelece relação de causa em:

- a) A obra **de** Machado de Assis é valiosíssima.
- b) Esses livros são **do** meu orientador.
- c) Tremia **de** nervoso.
- d) Essa cadeira é **de** madeira.
- e) Aqueles jovens são **do** Rio de Janeiro.

09. Nas frases abaixo, a locução adjetiva foi substituída por um único adjetivo. Assinale a alternativa em que essa substituição ocorreu de forma inadequada.

- a) "instrumento de sopra" / instrumento soprano;
- b) "água de chuva" / água pluvial;
- c) "complicações do estômago" / complicações gástricas;
- d) "líquido sem cheiro" / líquido inodoro;
- e) "período da manhã" / período matutino.

10. A relação de sentido que existe entre as palavras "insolúvel" e "dissolúvel" está presente também entre os termos

- a) próximo e perto
- b) desejo e vontade
- c) zelo e cuidado
- d) público e privado
- e) ilusão e utopia

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

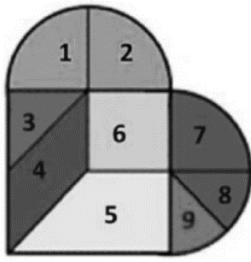
Eduardo Mocellin

11. Considere que duas grandezas x e y podem assumir valores positivos e que a relação entre as grandezas pode ser descrita por $y + 1 = \frac{2}{3}x$.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) y é inversamente proporcional a x e a constante de proporcionalidade é $3/2$.
- b) y é inversamente proporcional a x e a constante de proporcionalidade é $2/3$.
- c) y é diretamente proporcional a x e a constante de proporcionalidade é $3/2$.
- d) y é diretamente proporcional a x e a constante de proporcionalidade é $2/3$.
- e) y não é direta nem inversamente proporcional a x .

12. Analise a figura a seguir:



Considere que:

- 1 e 2 têm a mesma área e formam um semicírculo;
- 3 é um triângulo com catetos de mesma dimensão;
- 3, 4, 5 e 6 formam um quadrado;
- 6 é um quadrado;
- 7 é um quarto de círculo; e
- 7, 8 e 9 formam um semicírculo.

Se a soma das áreas das figuras de 1 até 9 vale A , então a área 4 vale:

- $\frac{A}{8\pi}$
- $\frac{A}{16\pi}$
- $\frac{A}{(\pi+4)}$
- $\frac{A}{4(\pi+1)}$
- $A(1 + \pi)$

13. Um grupo de 200 médicos deve obter um visto e uma credencial para uma missão humanitária. Sabendo-se que a quantidade de médicos que já obtiveram o visto é o dobro da quantidade de médicos que já obtiveram a credencial, que 30 médicos já obtiveram tanto o visto quanto a credencial e que apenas 20 não obtiveram nenhum dos dois, é correto afirmar que a quantidade de médicos que já obtiveram apenas a credencial é

- 10
- 20
- 30
- 40
- 50

14. Considere uma sequência de números pares consecutivos cujo primeiro elemento é 16 e cuja soma vale 1.000. O número de termos dessa sequência é:

- 25
- 26
- 27
- 28
- 29

15. Sete auditores fiscais da SEFAZ PR formaram uma fila e dois deles serão escolhidos para serem promovidos. O número de maneiras diferentes de escolher dois auditores da fila que não sejam vizinhos é:

- 15
- 18
- 20
- 21
- 24

16. No plano cartesiano, considere os pontos $A = (1; 2)$, $B = (5; 2)$ e $C = (3; 6)$. A área do triângulo ABC, em unidades de área, é:

- 4
- 8
- 12
- 16
- 24

17. Paula, Mônica e Verônica possuem, cada uma, um modelo de veículo diferente. Os modelos são picape, SUV e sedã, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

- O SUV não pertence à Paula;
- Verônica não possui a picape;
- Mônica não possui o SUV; e
- O sedã não pertence à Paula.

Logo, é correto afirmar que:

- a) Mônica possui a picape.
- b) Verônica possui o sedã.
- c) Paula não possui a picape.
- d) Mônica possui o sedã.
- e) Verônica não possui o SUV.

18. Em uma cômoda estão dispostas quatro gavetas fechadas. Em cada gaveta há uma etiqueta com uma frase, que pode ser verdadeira ou falsa. Apenas uma das gavetas possui um doce dentro e essa gaveta é identificada pela única frase que é verdadeira. As frases das etiquetas das gavetas são:

- Gaveta 1: O doce está aqui.
- Gaveta 2: O doce não está na gaveta 3.
- Gaveta 3: O doce está na gaveta 1.
- Gaveta 4: O doce não está na gaveta 2.

Analisando as frases das etiquetas podemos afirmar que:

- a) O doce está na gaveta 2.
- b) O doce está na gaveta 1.
- c) O doce está na gaveta 4.
- d) O doce está na gaveta 3.
- e) Não é possível determinar a gaveta onde está o doce.

19. Considere verdadeira a seguinte afirmação: “Todos os gatos não são felinos”.

Observe, a seguir, três conclusões da afirmação dada:

- I. Se Miau não é felino, então é gato.
- II. Se Miau não é gato, então é felino.
- III. Se Miau é felino, então não é gato.

Denotando por V uma conclusão verdadeira e por F uma conclusão falsa, para as três conclusões dadas, temos, respectivamente,

- a) V, V, V.
- b) F, V, V.
- c) F, F, V.
- d) V, V, F.
- e) V, F, F.

20. Considerando-se as premissas “Todos os auditores fizeram Contabilidade” e “Alguns economistas são auditores”, é correto afirmar que

- a) todos aqueles que fizeram Contabilidade são auditores.
- b) todos aqueles que não são economistas também não são auditores.
- c) ao menos um economista fez Contabilidade.
- d) ser auditor é condição suficiente para ser economista.
- e) alguns economistas que fizeram Contabilidade não são auditores.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Elisabete Moreira*

21. Um projeto em uma organização deve ter como objetivo a criação de um produto ou serviço único enquanto os processos objetivam a realização de um produto padronizado. Acerca de gerenciamento de projetos e de processos, assinale a opção correta.

- a) Os projetos visam definir um futuro para a organização, ao passo que os processos têm o papel de transformar ideias em ações concretas.
- b) O portfólio designa uma carteira de projetos que pode compreender um grupo ou todos os projetos interdependentes da organização.
- c) A avaliação de processo, vinculada ao desempenho de atividades de execução, pode ser medida em dias de demora de um processo de compra ou percentual de atendimento de um público-alvo, por exemplo.
- d) A fase de iniciação de um projeto compreende os processos responsáveis pelo refinamento do objetivo e pela definição da linha de ação e dos requisitos.
- e) Planejar os custos e determinar o orçamento são processos relativos ao gerenciamento do escopo de um projeto.

22. Conforme os pressupostos da nova gestão pública e da gestão por resultados no âmbito das políticas públicas, julgue os itens que se seguem.

- I. Governabilidade diz respeito ao sistema pelo qual as instituições são dirigidas, monitoradas e incentivadas.
- II. O relacionamento entre os acionistas e os administradores pode se submeter à teoria do agente-principal.
- III. A avaliação de impacto em políticas públicas possibilita detectar dificuldades que ocorrem durante o processo de formulação de programas e projetos a fim de efetuar correções ou adequações.

Assinale a opção correta.

- a) Todos os itens estão certos.
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas o item II está certo.
- d) Apenas o item III está certo.
- e) Todos os itens estão errados.

23. O ciclo de planejamento organizacional compreende o estabelecimento de metas e a maneira de alcançá-las, englobando um processo participativo de gestão, junto com os colaboradores. Acerca do tema, aponte a alternativa correta.

- a) A missão organizacional deve explicitar onde e como a organização pretende estar no futuro, embasando-se principalmente no pensamento dos seus dirigentes.
- b) O pilar organizacional da gestão das redes e alianças está relacionado aos canais adequados para a troca de informações, tanto entre os próprios participantes quanto da rede para os participantes.
- c) Segundo a metodologia BSC (*balanced scorecard*), os processos de gerenciar mudanças de negócios e aprimorar e manter a operação e a produtividade dos colaboradores dizem respeito à perspectiva financeira da organização.
- d) No planejamento participativo, o principal resultado esperado não é o plano, mas o processo desenvolvido de aprendizagem organizacional.
- e) A gestão por resultados realiza uma análise pontual que compara os objetivos estabelecidos e os resultados alcançados.

24. Indicadores permitem visualizar os resultados, priorizar as tarefas e acompanhar a evolução do trabalho, mantendo o time unido, focado e motivado. Para cada resultado almejado é importante que haja pelo menos um indicador para avaliar o quão próximo se está de atingir o resultado. Acerca dos indicadores, aponte a alternativa correta.

- a) KPI – *Key Performance Indicator* – permite a avaliação de um objetivo a ser alcançado.
- b) KPI – *Key Performance Indicator* – representa as saídas de um processo.
- c) Os objetivos são desdobramentos das metas e são expressos de forma qualitativa.
- d) OKR – *Objectives and Key Results* – permite a avaliação dos resultados de um processo.
- e) Os objetivos e as metas-chaves devem ser impossíveis de alcançar, para gerar desafios nos colaboradores.

25. A evolução dos modelos de gestão pública foi marcada por instrumentos de intermediação de interesses, que geraram diferentes *modus operandi* de formulação e implementação de políticas públicas. Acerca desses instrumentos, analise as alternativas a seguir.

- I – O corporativismo é utilizado para remover ou neutralizar conflitos econômicos relacionados à concorrência de mercados; conflitos sociais relacionados à luta de classes; e conflitos políticos relacionados a divergências partidárias.
- II – No neocorporativismo ou corporativismo societal as entidades privadas conquistaram o direito de participar do processo decisório.
- III – O insulamento burocrático é um mecanismo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias.

Aponte a alternativa correta:

- a) I e II estão corretas
- b) I e III estão corretas

- c) II e III estão corretas
- d) I, II e III estão corretas
- e) Todas estão erradas

26. No ciclo de políticas públicas, a fase de avaliação é a responsável por apresentar o resultado da implementação, com transparência, visando a tomada de decisão acerca do destino da política. É nessa fase que os burocratas abastecem o sistema de controle com dados relevantes, mas também é nessa fase que o corpo burocrático consegue se beneficiar de sua posição privilegiada para interpretar os objetivos da política a favor de seus interesses, que segundo Downs, variam de acordo com os alguns tipos. Os burocratas pragmáticos, focados em suas carreiras e que pensam exclusivamente em escalar a hierarquia são denominados

- a) Alpinistas
- b) Conservadores
- c) Devotos
- d) Defensores (*advocates*)
- e) Homens de Estado

ANÁLISE DE DADOS: CONCEITOS E APLICAÇÕES*Raphael Lacerda*

27. A respeito de noções de Business Intelligence e Analytics, assinale a afirmação correta sobre CRISP-DM

- a) É uma metodologia proprietária, baseada em 6 fases, entre elas a Business Understanding e Data Understanding, com o objetivo de implantar um projeto de data mining.
- b) É uma suíte de ferramentas proprietárias que vem se tornando um padrão da indústria para mineração de dados.
- c) A verificação da qualidade dos dados é uma atividade da fase de entendimento dos dados.
- d) Possui um ciclo de vida linear, sequencial, onde a etapa posterior depende da etapa anterior ter sido finalizada.
- e) Na fase de implantação é realizado um inventário de requisitos e levantamento de recursos.

28. Qual operação OLAP é utilizada para selecionar dados de uma ou mais dimensões de um cubo multidimensional?

- a) slice-dice
- b) drill down
- c) drill-through
- d) pivot
- e) drill across

29. Assinale a alternativa correta

- I - Data warehouse é uma coleção de dados obtidos, sem considerar a origem e armazenados de forma estruturada.
 - II - Ferramentas OLTP permitem dimensionalidade genérica e níveis de agregação ilimitados.
 - III - ODS, operational data storage, é um subconjunto de dados volátil, especializados, voltado a um único departamento.
 - IV - ETL e ELT são utilizadas em situações em que é necessário disponibilizar o dado mais rápido para o analista
- a) Todas as afirmativas estão corretas.
 - b) Somente I e III estão corretas.
 - c) Somente III e IV estão corretas.
 - d) Somente I está correta.
 - e) Nenhuma das afirmativas está correta.

30. A respeito de noções de Analytics, qual técnica utilizada para classificação de elementos que parte da premissa que as variáveis envolvidas no processo para classificar um determinado item devem ser tratadas de forma independente.

- a) Naive Bayes
- b) Bootstrap
- c) Holdout
- d) Agnes
- e) C4.5

31. Assinale a alternativa correta a respeito de Inteligência Artificial, aprendizado de máquina e uso de analytics.

- a) Machine Learning é uma tecnologia onde os computadores tem a capacidade de aprender de acordo com as respostas esperadas por meio associações de diferentes dados, os quais podem ser imagens, números e tudo que essa tecnologia possa identificar
- b) As técnicas utilizadas para machine learning envolvem algoritmo de criptografia mas não estatística
- c) Chatbots são ameaças do tipo worm.
- d) A aprendizagem supervisionada é quando um software interage com um ambiente dinâmico, como, por exemplo, veículos autônomos.
- e) Caso o algoritmo não utilize classes fornecidas previamente, de modo a deixá-lo livre para entender a classificação a partir do conjunto de dados, é definido como uma aprendizagem por reforço

32. Assinale a alternativa incorreta sobre os tipos de dados e suas formas de armazenamento:

- a) Bancos de dados relacionais armazenam dados estruturados, organizados em tabelas com colunas e linhas, sendo amplamente utilizados em Data Warehouses para análise de grandes volumes de dados.
- b) Formatos como JSON, XML e CSV são exemplos de dados semiestruturados, pois possuem uma organização definida, mas não seguem o rígido esquema tabular dos bancos relacionais.
- c) Data Lakes são projetados para armazenar apenas dados não estruturados, como vídeos, imagens e textos, sem permitir a inclusão de dados estruturados ou semiestruturados.
- d) O CSV pode ser usado para armazenar dados estruturados, pois seu formato tabular permite representações similares a bancos relacionais, embora não possua restrições de esquema.

e) Bancos NoSQL são frequentemente utilizados para armazenar dados semiestruturados, como documentos JSON ou XML, oferecendo flexibilidade na modelagem dos dados.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

33. Sejam M e N dois eventos associados a um importante experimento. Supondo que $P(M) = 40\%$ e $P(M \cup N) = 70\%$ e $P(N) = k$. Os valores de k que fazem com que M e N sejam mutuamente exclusivos e M e N sejam independentes são, respectivamente:

- a) 30% e 40%
- b) 60% e 20%
- c) 50% e 20%
- d) 40% e 20%
- e) 30% e 50%

34. Em um hospital, a médica Fátima observou que 20% dos enfermos estão com PNEUMONIA. Para dar continuidade às pesquisas que estão sendo realizadas para controlar o avanço deste tipo de infecção, cinco enfermos desse hospital são selecionados, ao acaso e com reposição.

A probabilidade de que exatamente três dos enfermos selecionados não estejam acometidos com PNEUMONIA é igual a:

- a) 20,48%
- b) 21,36%
- c) 22,45%
- d) 23,67%
- e) 24,53%

35. A probabilidade de Janete ir fazer a prova do SEFAZ PR é de 60% e a probabilidade de Marquinhos ir fazer a prova do SEFAZ PR é de 50%. A probabilidade condicional de Janete ir fazer a prova do SEFAZ PR dado que Marquinhos fará a prova do SEFAZ PR é de 70%. Assim a probabilidade de que Janete vá fazer a prova do SEFAZ PR OU Marquinhos vá fazer a prova do SEFAZ PR é de:

- a) 56%
- b) 64%
- c) 68%
- d) 72%
- e) 75%

36. Um estudo com uma amostra aleatória de tamanho 400 revelou que 64% dos cariocas acreditam que morar em uma cidade litorânea aumenta o tempo de vida de um ser humano. O intervalo de 95% de confiança para a proporção de cariocas que acreditam que morar em uma cidade litorânea aumenta o tempo de vida de um ser humano é:

- a) $64\% \pm 2,7\%$
- b) $64\% \pm 3,6\%$
- c) $64\% \pm 4,2\%$
- d) $64\% \pm 4,7\%$
- e) $64\% \pm 5,4\%$

MÓDULO II CONHECIMENTOS JURÍDICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

37. João, após anos de estudo, é aprovado em um concurso público, tomando posse no cargo de auditor fiscal. Durante alguns meses de exercício, o servidor público praticou todos os atos de sua competência, cumprindo suas funções normalmente. Contudo, a Administração Pública concluiu pela ocorrência de vícios insanáveis no concurso público do qual João participou, o que levou à anulação deste, e, conseqüentemente, das nomeações e posses dele decorrentes. Considerando a situação descrita, é correto afirmar que:

- a) João é considerado agente público de direito estatutário, mas todos os atos praticados por ele devem ser considerados nulos.
- b) João é considerado agente de fato putativo, devendo ser exonerado sem direito à remuneração pelo tempo que prestou ilegalmente os seus serviços.
- c) João é considerado agente de fato necessário, tendo em vista que atuou excepcionalmente como servidor público nos meses em que esteve investido de suas funções.
- d) João é considerado agente de fato putativo, sendo certo que os atos por ele praticados devem ser considerados válidos, em homenagem à teoria da aparência, e os valores recebidos a título de remuneração pelos serviços prestados não deverão ser devolvidos aos cofres públicos.
- e) João não é considerado agente público para nenhum efeito, devendo devolver as remunerações recebidas no período que exerceu suas funções ilegalmente, sob pena de responder por improbidade administrativa.

38. A Empresa Shows e Festas S.A. estava organizando grande *show*, em estádio de futebol, com o objetivo de auferir lucros pela exploração do evento. Preocupada com a segurança, a empresa informou às autoridades policiais sobre a data e o local, uma vez que a ampla circulação de pessoas poderia causar tumultos e aumentar a quantidade de crimes, como furtos e roubos.

A autoridade policial, todavia, informou que lei estadual exigia, nesses casos, a cobrança de taxa de segurança de eventos – TSE. Irresignada, a Empresa Shows e Festas S.A. questionou o seu advogado sobre a constitucionalidade da referida taxa.

Considerando as disposições sobre o exercício do poder de polícia e a jurisprudência do STF sobre o tema, o advogado respondeu corretamente que:

- a) A atividade tem natureza divisível, uma vez que a demanda pela segurança decorre de forma direta e específica da realização do evento, justificando a instituição da taxa de segurança de eventos.
- b) A Constituição Federal admite a instituição de taxa em razão do exercício do poder de polícia, sendo que não se justifica o custeio de atividade de policiamento, em evento lucrativo, por meio dos impostos.
- c) É inconstitucional a cobrança de taxa de segurança para eventos, visto que a segurança pública deve ser remunerada por meio de impostos, já que constitui serviço geral e indivisível, devido a todos os cidadãos, independentemente de contraprestação.
- d) A cobrança de taxa de segurança de eventos é constitucional, desde que a sua instituição seja vinculada à realização de eventos lucrativos, reservando-se o custeio do policiamento de eventos não lucrativos aos impostos.
- e) A taxa de segurança de eventos poderá ser exigida, desde que o seu produto seja investido no custeio e aperfeiçoamento da atividade policial.

39. João, empregado público concursado, apresentou ação judicial alegando que foi demitido de empresa pública federal, de forma irregular, já que não foi apresentada qualquer justificativa para a dispensa e o ato não foi precedido de contraditório e ampla defesa. Em virtude disso, requereu o seu retorno ao trabalho, além do pagamento de indenização pelo período de afastamento. Considerando a jurisprudência estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da motivação da demissão dos empregados públicos, assinale a opção correta:

- a) a empresa pública agiu corretamente ao demitir o empregado concursado sem ato administrativo formal, uma vez que não é obrigada a justificar suas decisões de forma detalhada nesses casos, em razão do dever de eficiência que o setor competitivo exige.
- b) a demissão do empregado concursado sem a devida fundamentação é ilegal, exigindo-se motivação formal do ato de dispensa de empregados públicos, independentemente do ramo de atuação da empresa estatal, não sendo necessário conceder o direito de defesa em processo administrativo.
- c) o empregado público não tem direito à motivação formal para sua demissão, pois a empresa pública tem autonomia administrativa para tomar decisões relacionadas à sua gestão de pessoal, dada a natureza de direito privado da entidade.
- d) a empresa pública poderia ter demitido o empregado concursado sem ato administrativo formal, desde que houvesse, necessariamente, comprovado que incorreu nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista.
- e) a demissão do empregado público concursado exige motivação e processo administrativo, em simetria com a forma de admissão, que exige respeito aos princípios da impessoalidade e do concurso público.

40. Jobson é prefeito municipal e acabou de realizar a sua prestação de contas anual, relativamente aos seus atos de governo e de gestão. O processo foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE e, após avaliação da Corte, as contas foram remetidas à Câmara Municipal. Sem prejuízo do envio ao Legislativo, o TCE julgou as contas de gestão, aplicando multa ao prefeito municipal por irregularidades identificadas.

Paralelamente, Jobson foi notificado acerca da instauração de procedimento de tomada de contas especial que tramitava no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao município em que Jobson era prefeito por meio de convênio interfederativo de repasse de verbas. A tomada de contas especial foi julgada pelo TCU, com aplicação de sanções a Jobson, sendo que tais contas não passaram pelo crivo do legislativo municipal.

Considerando as situações hipotéticas acima, marque a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF. Considere que o TCE é o órgão técnico que presta o auxílio às câmaras municipais no controle externo municipal.

- a) As contas anuais de governo e de gestão do prefeito deveriam ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, cabendo à Câmara Municipal alterar o julgamento mediante dois terços de seus membros.
- b) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, mas subsistiria a prerrogativa do Legislativo de alterar o julgamento por meio de dois terços dos seus membros. Por outro lado, as contas de governo e de gestão são julgadas pelo Legislativo, que deverá seguir o parecer vinculante da Corte de Contas estadual.
- c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos

tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.

- d) Compete aos Tribunais de Contas o julgamento das contas de Prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas; essa competência, quando atestada a irregularidade de contas de gestão prestadas por Prefeitos ordenadores de despesa, se restringe à imputação de débito e à aplicação de sanções fora da esfera eleitoral, independentemente de ratificação pelas Câmaras Municipais.
- e) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, sem que haja posterior análise pelo Poder Legislativo; o TCE não tem competência para julgar as contas de gestão do prefeito, mas apenas para emitir o parecer prévio; a Câmara Municipal tem competência para julgar as contas de governo e de gestão, sendo imprescindível o quórum de dois terços para contrariar o parecer prévio da Corte de Contas.

41. Rodrigo é tabelião de notas em uma cidade do interior. Em uma ocasião, ele foi responsável por lavrar uma escritura pública de venda de imóvel, onde cometeu um erro ao registrar a descrição do imóvel, colocando a área errada. Devido a essa imprecisão, Ana, a compradora, enfrentou dificuldades para obter o financiamento bancário necessário para a aquisição do imóvel, o que lhe causou perda financeira e transtornos significativos. Ana só conseguiu resolver a situação e obter o financiamento após 18 meses, quando o erro foi corrigido por meio de uma nova escritura pública. Ana decidiu ajuizar uma ação de indenização, alegando que o erro do tabelião lhe causou danos financeiros. Diante desse cenário, sobre a responsabilidade do Estado e a ação de indenização proposta por Ana, assinale a alternativa correta:

- a) a ação deverá ser proposta contra o Estado e não contra o tabelião, sendo que aquele responde objetivamente pelos atos dos tabeliões que, no exercício de suas funções, causarem danos a terceiros, cabendo o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- b) o Estado responde de forma subjetiva e subsidiária diante do dano causado pelos atos dos tabeliões.
- c) a responsabilidade do Estado é solidária com a do tabelião.
- d) a responsabilidade civil é objetiva e primária do tabelião, sendo que a ação deverá ser proposta contra este, podendo o tabelião propor ação de regresso contra o seu funcionário que cometeu o erro, no caso de dolo ou culpa.
- e) Ana pode ajuizar a ação de indenização diretamente contra o tabelião, que poderá propor ação de regresso contra o Estado.

42. Acerca dos atos administrativos que atentam contra os princípios administrativos, da reforma da Lei de Improbidade e da indisponibilidade dos bens, nos termos do previsto na Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa (LIA) e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta:

- a) o rol de atos que atentam contra os princípios, previsto no art. 11 da LIA, é considerado exemplificativo.
- b) a violação dos princípios da administração pública depende da ocorrência de dano ao patrimônio público ou de enriquecimento ilícito do agente.
- c) não há abolição da tipicidade da conduta de improbidade administrativa, reconhecida antes das alterações dadas pela Lei 14.230/2021, quando os fatos analisados evidenciarem a concretização das novas hipóteses de condutas previstas nos incisos do art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, como no caso do nepotismo, em razão do princípio da continuidade típico-normativa.
- d) as disposições da Lei n. 14.230/2021 não são aplicáveis aos processos em curso para regular o procedimento da tutela provisória de indisponibilidade de bens, por se tratar de medida processual, de modo que as medidas já deferidas não devem ser reapreciadas para fins de adequação à atual redação dada à Lei de Improbidade.
- e) para fins de indisponibilidade de bens, que se aplica até mesmo quanto aos atos que atentam contra os princípios, há solidariedade entre os corréus da ação de improbidade administrativa, de modo que a constrição deve recair sobre os bens de todos eles, sem divisão em quota-parte, limitando-se o somatório da medida ao *quantum* determinado pelo juiz, sendo defeso que o bloqueio corresponda ao débito total em relação a cada um.

43. A Secretaria de Fazenda do estado Gama pretende alienar imóveis de propriedade do estado, uma vez que, após a adoção do teletrabalho em virtude da pandemia de Covid-19, a entidade realizou mudanças em sua estrutura, utilizando ambiente de trabalho compartilhado, no estilo *coworking*, e limitação de atividades presenciais para casos excepcionais. Um dos imóveis que o Estado pretende alienar foi adquirido mediante dação em pagamento. Nesse caso, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, a alienação desse último imóvel:

- a) não dependerá de licitação, pois se trata de hipótese de licitação dispensada, prevista expressamente na legislação de licitações e contratos;
- b) será realizada mediante licitação na modalidade concorrência ou leilão, em virtude da forma de aquisição do bem;
- c) será licitada por meio de leilão, dispensando-se a autorização legislativa em virtude da forma de aquisição do bem;
- d) dependerá de autorização legislativa, avaliação e justificativa da autoridade competente que demonstre a existência de interesse público;
- e) não dependerá de licitação, uma vez que a aquisição, a alienação e a locação de bem imóvel são hipóteses de inexigibilidade, quando as características do bem condicionarem a medida.

44. Sobre o acordo de leniência previsto na Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa correta.

- a) basta a manifestação da pessoa jurídica sobre o seu interesse em cooperar para a apuração do ilícito para que seja firmado o acordo de leniência.
- b) a celebração do acordo de leniência isenta a empresa da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- c) o descumprimento do acordo de leniência impede a empresa de firmar novo acordo pelo prazo de três anos.
- d) o acordo de leniência deve ser mantido em sigilo absoluto e não pode ser divulgado, até o seu integral cumprimento.
- e) a Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão competente para celebrar acordos de leniência em qualquer esfera da administração pública.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

45. Júlia e Marcos, um casal jovem, aguardavam ansiosamente o nascimento do primeiro filho. No entanto, durante o parto, houve complicações, e a equipe médica precisou verificar se o bebê havia respirado fora do útero para determinar sua personalidade jurídica. Após exames médicos, constatou-se que o recém-nascido não respirou autonomamente e faleceu imediatamente após o parto. Com base na situação narrada, assinale a alternativa correta de acordo com o Código Civil e a doutrina brasileira.

- a) O nascituro adquiriu personalidade jurídica ao ser concebido, e sua morte não afeta seus direitos, pois a Teoria Concepcionista prevalece no ordenamento jurídico brasileiro.
- b) Como o nascituro não respirou autonomamente, ele não adquiriu personalidade jurídica, pois, segundo a Teoria Natalista adotada majoritariamente pelo Brasil, a personalidade civil começa com o nascimento com vida.
- c) A personalidade jurídica do nascituro começou desde a fecundação, mas foi extinta com sua morte, permitindo aos pais pleitearem indenizações com base em danos morais e patrimoniais.
- d) A personalidade do nascituro foi reconhecida no momento do nascimento, mesmo sem a respiração extrauterina, pois o direito brasileiro considera a vida intrauterina suficiente para aquisição da personalidade.
- e) O natimorto tem direito a todos os direitos da personalidade, incluindo herança e indenizações, pois o ordenamento jurídico brasileiro adota a Teoria da Personalidade Condicional.

46. Carlos, de 16 anos, deseja abrir uma empresa de vendas online e administrar seu próprio negócio. Seus pais concordam com a decisão e resolvem conceder a emancipação para que ele tenha plena capacidade para realizar todos os atos da vida civil sem depender de sua assistência. Assim, dirigem-se a um cartório e lavram a escritura pública de emancipação.

Pouco tempo depois, Carlos começa a ter dificuldades financeiras e seus pais decidem revogar a emancipação, alegando que ele ainda não tem maturidade suficiente para gerir sua própria vida financeira. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) A emancipação de Carlos pode ser revogada a qualquer tempo pelos pais, caso seja constatado que ele ainda não tem discernimento suficiente para a vida civil.
- b) A emancipação só pode ser concedida por decisão judicial, após análise das condições do menor para exercer plenamente seus direitos e deveres civis.
- c) A emancipação concedida por escritura pública é irrevogável, tornando Carlos plenamente capaz para todos os atos da vida civil, independentemente da vontade dos pais.
- d) A emancipação só se torna definitiva quando o menor completar 18 anos, momento em que seus pais perdem qualquer poder sobre sua capacidade civil.
- e) Mesmo emancipado, Carlos continua dependendo da assistência dos pais para atos patrimoniais de maior relevância, como a compra e venda de imóveis.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

47. João resolve exercer atividade para poder iniciar sua carreira de vendedor de curso na internet, para isso, deseja ter um CNPJ que lhe permita regularizar sua situação. A esse respeito, no que tange as regras de empresário e exercício de atividade empresarial, marque a opção correta:

- a) João será considerado empresário ao exercer profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- b) João será considerado empresário se exercer profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores.
- c) Se João for empresário, ou pequeno empresário ou empresário rural, será obrigatória a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- d) João só pode exercer a atividade de empresário se estiver em pleno gozo da capacidade civil e não for legalmente impedido, nesse último caso, se exercer, não responderá pelas obrigações contraídas.
- e) João, sendo empresário e casado, não pode, sem a outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

DIREITO PENAL*Renan Araujo*

48. Guilherme e André praticaram, juntos, um fato tipificado como crime de corrupção ativa (art. 333 do CP), pois ofereceram vantagem indevida a determinado auditor-fiscal, para que este viesse a infringir seu dever funcional. Durante o processo, restou comprovado que Guilherme possuía doença mental e, em razão dela, não era inteiramente capaz de, ao tempo do fato, entender o caráter ilícito de seu comportamento, bem como restou comprovado que André estava completamente embriagado pela imprudência na ingestão de álcool.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Guilherme é semi-imputável, mas André é imputável
- b) ambos serão considerados inimputáveis
- c) ambos serão considerados plenamente imputáveis
- d) Guilherme é inimputável, mas André é imputável, com redução de pena
- e) Guilherme é inimputável, mas André é imputável, sem redução de pena

49. As empresas “Arco-íris LTDA”, “Cartucheira LTDA” e “Impressão sua LTDA”, especializadas no fornecimento de cartuchos de tinta para impressoras, decidiram participar de procedimento licitatório realizado por determinado município. Porém, de forma a garantir que nenhuma delas sairia no prejuízo, resolveram se unir e fazer um rodízio, combinando previamente as propostas que seriam apresentadas, de forma que em cada licitação uma delas saísse vencedora, sem que fosse necessário criar uma concorrência de fato entre elas, o que poderia levar a propostas economicamente desvantajosas para as empresas. Assim, no primeiro procedimento licitatório, realizado em junho de 2024, a empresa “Arco-íris LTDA” apresentou a melhor proposta, enquanto as outras duas, previamente conluiadas, apresentaram propostas em valor superior, de forma a garantir a vitória da empresa “Arco-íris LTDA”.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Os administradores responsáveis pelas três empresas citadas devem responder criminalmente pelo delito de frustração do caráter competitivo de licitação, tipificado no Código Penal.
- b) Os administradores responsáveis pelas três empresas citadas devem responder criminalmente pelo delito de frustração do caráter competitivo de licitação, tipificado em lei especial.
- c) O administrador da empresa “Arco-íris LTDA” deve responder criminalmente pelo delito de frustração do caráter competitivo de licitação, tipificado no Código Penal; os administradores das outras duas empresas somente serão responsabilizados se restar comprovada a obtenção de vantagem econômica.
- d) Os administradores responsáveis pelas três empresas citadas devem responder criminalmente pelo delito de Violação de sigilo em licitação, tipificado no Código Penal.
- e) Só haverá crime no caso em questão se houver comprovação do prejuízo ao erário ou da obtenção de vantagem pelas empresas concorrentes.

50. Flávio, brasileiro, decidiu ir passar férias com a família nos Estados Unidos da América, na cidade de Miami. De lá, trouxe diversos produtos eletrônicos, relógios e roupas, cuja importação era permitida. Flávio, porém, deveria pagar os impostos de importação, já que o valor total dos produtos era superior à cota de isenção estabelecida para viajantes internacionais. Para não pagar os impostos devidos pela importação, Flávio escondeu os produtos em fundos falsos nas malas, passando pela fila de “nada a declarar” no aeroporto. O valor total dos produtos alcança a cifra de R\$ 22.000,00, já o valor total dos tributos sonegados, inclusive acessórios, alcança a cifra de R\$ 11.000,00.

Nesse caso, é correto afirmar que Flávio praticou o crime de:

- a) Contrabando, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- b) Contrabando, sem majoração, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.
- c) Descaminho, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- d) Descaminho, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.
- e) Descaminho, sem majoração por se tratar de voo regular e não clandestino, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.

ECA*Ricardo Torques*

51. No ano de 2024 foi publicada e sancionada a Lei 14.811/2021, que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. A referida legislação alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo que as instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores. As referidas certidões deverão ser atualizadas

- a) Anualmente.
- b) A cada 6 (seis) meses.
- c) A cada 2 (dois) anos.
- d) Mensalmente.
- e) Trimestralmente.

52. O estatuto da criança e do adolescente traz algumas regras sobre o direito à profissionalização e à proteção no trabalho. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, não se veda o trabalho:

- a) Noturno.
- b) Perigoso.
- c) Insalubre.
- d) Penoso.
- e) Realizados no final de semana.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

53. Nos termos do Art. 5º, VIII, da Constituição da República de 1988, “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”

Esse preceito constitucional dá origem a uma norma de eficácia:

- a) plena e aplicabilidade diferida;
- b) limitada e princípio programático;
- c) plena e aplicabilidade imediata;
- d) limitada e princípio institutivo;
- e) contida e aplicabilidade imediata.

54. João é vereador de Alfa. Durante evento de seu partido em Beta, no momento em que discursava, proferiu várias palavras injuriosas que feriram a honra de Sebastião, prefeito da cidade. A respeito do fato narrado, aponte a única alternativa que se compatibiliza com a Constituição Federal.

- a) João é vereador e está acobertado por imunidade material, de forma que não responderá civil e nem penalmente por sua manifestação.
- b) João poderá ser responsabilizado civilmente por suas palavras, mas não responderá penalmente, porque tem imunidade formal.
- c) João poderá ser responsabilizado civil e penalmente por suas palavras, porque a imunidade material do vereador não alcança palavras proferidas fora do município em que exerce o mandato eletivo.
- d) Na situação narrada, João, embora fora de seu município, agiu na qualidade de vereador, porque discursou em evento planejado por seu partido. Assim, estará acobertado por imunidade material e formal.
- e) Vereadores não têm imunidade material e nem formal.

55. O Governo do Estado Alfa ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município Beta, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina XXX, localizada no município. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial que tem como partes um Estado estrangeiro e um município brasileiro.

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Tribunal de Justiça do Paraná.

56. Determinado servidor público do Poder Executivo Federal teve a sua aposentadoria concedida. Após seis anos da data em que o ato inicial de concessão da aposentadoria chegou à Corte de Contas, o Tribunal anulou a aposentadoria do servidor, devido a incorreções na concessão. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) O ato de concessão inicial da aposentadoria chegou ao Tribunal de Contas há mais de cinco anos, de forma que não poderá a Corte de Contas, com base no princípio da segurança jurídica, anular a aposentadoria.
- b) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular a qualquer tempo os atos administrativos, ainda que estes resultem efeitos favoráveis aos destinatários. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- c) O Tribunal de Contas poderá anular a concessão da aposentadoria do servidor público, desde que o faça até dez anos após a concessão, prazo este estabelecido com base no princípio da segurança jurídica.

d) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular atos administrativos, desde o faça no prazo máximo de cinco anos, exceto nos casos de concessão de aposentadoria, que podem ser revistos a qualquer tempo. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.

e) O Tribunal de Contas poderá anular a aposentadoria, desde que atenda aos princípios da ampla defesa e contraditório.

57. Um programa jornalístico decidiu criar um quadro em que relembra casos criminais famosos. Ao exibir uma reportagem sobre determinado crime, os familiares da vítima sentiram-se constrangidos e requereram judicialmente a retirada imediata da reportagem e o pagamento de uma indenização, tudo com base no direito ao esquecimento. Acerca do caso, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que.

- a) O Supremo Tribunal Federal entende que o direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição, pois afronta a liberdade de expressão.
- b) O Supremo Tribunal Federal entende que o direito ao esquecimento é recepcionado pela Constituição, com fundamento nos princípios da intimidade, vida privada e honra.
- c) O direito ao esquecimento é direito fundamental, não podendo ser suprimido em nenhuma hipótese, devido a sua relação com a dignidade da pessoa humana.
- d) O Supremo Tribunal Federal reconhece o direito ao esquecimento como regra, havendo exceção apenas em casos que envolvam interesse público notório.
- e) O Supremo Tribunal Federal reconhece o direito ao esquecimento apenas nos casos em que envolvam abuso sexual ou violência doméstica e familiar.

58. Sobre o direito de liberdade de associação, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) O Governador de Estado, por meio de decreto referendado pelo Secretário de Justiça, desde que devidamente fundamentado, pode determinar a extinção compulsória da associação que tenha por objetivo a prática de ato ilícito.
- b) Conquanto uma liminar não seja suficiente para extinguir compulsoriamente as associações de caráter paramilitar, poderá suspender as suas atividades até a análise de mérito.
- c) A legitimidade da associação para representação de seus filiados no âmbito judicial depende de autorização expressa dos associados.
- d) Na condição de substituta processual, a atuação judicial de associação não está condicionada à autorização dos associados por meio de procuração.
- e) A exclusão de associado por motivos ideológicos, desde que cumprido o devido processo legal, não está sujeita à revisão pelo Estado.

59. Após ter sido decretado, pelo Congresso Nacional, estado de calamidade pública nacional, por iniciativa de 27 Senadores, foi apresentada proposta de emenda à Constituição. A PEC retira do Distrito Federal autonomia política, de forma que o Governador passa a ser nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, e a Câmara Legislativa fica extinta. A proposta foi aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, tendo atingido em cada turno em cada Casa o quórum de três quintos do total de membros. Em seguida, a proposta seguiu para a promulgação. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que a referida emenda é

- a) inconstitucional, uma vez que proposta sobre o assunto só poderia ser apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas, cada uma representada pela sua maioria relativa.

- b) constitucional, tendo sido cumprido o devido processo legislativo.

- c) inconstitucional, porque proposta de emenda não pode ser votada durante estado de calamidade pública.

- d) inconstitucional, pois o quórum necessário para aprovar emendas à Constituição Federal é o de dois terços do total de membros de cada Casa do Congresso Nacional.

- e) inconstitucional, porque a proposta fere princípio federativo, cláusula pétrea, e não poderia sequer ser objeto de deliberação.

60. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa correta a respeito da possibilidade de brasileiro nato cumprir pena imposta por Estado estrangeiro no Brasil.

- a) A homologação de sentença penal estrangeira para transferência da execução da pena viola o princípio da dignidade da pessoa humana, pois submete o condenado a uma decisão estrangeira sem o devido processo legal no Brasil.

- b) O art. 5º, LI, da Constituição Federal, impede qualquer forma de cooperação internacional em matéria penal envolvendo brasileiros natos, incluindo a transferência da execução de pena.

- c) A transferência da execução de pena não infringe o núcleo dos direitos fundamentais à vedação de extradição de brasileiros natos, uma vez que o cumprimento da pena ocorre no território nacional, respeitando a soberania brasileira.

- d) O princípio do *non bis in idem* impede a homologação de sentenças penais estrangeiras, independentemente da existência de tratado internacional de cooperação penal.

- e) O Brasil só poderá homologar sentenças penais estrangeiras se o crime cometido tiver natureza transnacional, o que não se aplica a crimes comuns praticados por brasileiros no exterior.

MÓDULO III
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA***Eduardo Da Rocha*

61. A empresa Delta Comércio Ltda. realizou a transferência de mercadorias de seu estabelecimento localizado no Estado de São Paulo para uma filial de mesma titularidade situada no Estado de Minas Gerais. Considerando as regras da lei 11.580/96, assinale a alternativa correta sobre a ocorrência do fato gerador do ICMS nessa operação.

- a) A saída da mercadoria do estabelecimento paulista configura fato gerador do ICMS, sendo devido o imposto na operação interestadual.
- b) A transferência de mercadoria entre estabelecimentos de mesma titularidade não caracteriza fato gerador do ICMS, mantendo-se o crédito das operações anteriores, salvo se o contribuinte optar pela tributação da operação.
- c) O ICMS será devido ao estado de origem da mercadoria, independentemente de qualquer outra disposição legal.
- d) O contribuinte pode optar por considerar a transferência como fato gerador do ICMS, sendo obrigatório fazê-lo nas operações interestaduais.
- e) O ICMS será sempre devido ao estado de destino, ainda que a transferência não configure fato gerador.

62. A empresa Indústria Alimentícia NutriBem Ltda. adquire regularmente insumos e matérias-primas para o seu processo produtivo. Parte de sua produção é destinada ao mercado interno, sendo composta por produtos tributados e isentos do ICMS, enquanto outra parte é exportada. O setor fiscal da empresa deseja saber em quais situações poderá se creditar do imposto pago na aquisição desses insumos. Com base na lei 11.580/96, assinale a alternativa correta.

- a) A empresa poderá se creditar integralmente do ICMS pago na aquisição dos insumos, pois a isenção da saída não interfere no direito ao crédito.
- b) O crédito do ICMS será permitido apenas para os insumos utilizados na produção dos bens tributados ou destinados ao exterior.
- c) A empresa poderá manter o crédito do ICMS dos insumos utilizados na produção de bens isentos, desde que comprove a vinculação direta com a atividade-fim.
- d) O crédito do ICMS será vedado apenas quando os insumos forem adquiridos para comercialização, não se aplicando às operações industriais.
- e) A legislação veda o crédito do ICMS para todas as aquisições de insumos e matérias-primas, independentemente da destinação dos produtos finais.

63. A empresa Amazônia Tech S.A., instalada na Zona Franca de Manaus (ZFM), recebe incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Amazonas, sem a realização de convênio no âmbito do Confaz, ou seja, sem a observância do rito previsto na Lei Complementar 24/1975. Algumas Secretarias de Fazenda estaduais têm questionado a validade desses incentivos e cogitam excluir os benefícios fiscais concedidos pela ZFM na apuração do ICMS devido. Diante disso, assinale a alternativa correta com base na LC 24/75 e na legislação aplicável.

- a) As unidades da Federação podem excluir incentivos concedidos pelo Estado do Amazonas, pois não foram submetidos ao Confaz, conforme exige a LC 24/75.
- b) Os incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Amazonas às indústrias da ZFM são plenamente válidos, sendo vedado aos demais estados excluí-los na apuração do ICMS, ainda que não tenham sido aprovados pelo Confaz.
- c) Apenas incentivos concedidos antes da edição da LC 24/75 podem ser mantidos sem a exigência de convênio no Confaz, sendo obrigatória a aprovação para benefícios criados posteriormente.
- d) A ausência de aprovação no Confaz impede qualquer estado de reconhecer os benefícios fiscais da ZFM, pois todos os incentivos de ICMS dependem desse rito para serem válidos.
- e) A legislação permite a concessão de incentivos fiscais às empresas da ZFM independentemente da LC 24/75, mas os estados destinatários das mercadorias podem questioná-los e cobrar a diferença do imposto.

64. A empresa Transporte Rápido Ltda. foi contratada para transportar uma carga de eletrodomésticos do Estado de São Paulo para o Paraná. Durante uma fiscalização em solo paranaense, constatou-se que a carga estava acompanhada de nota fiscal inidônea, e parte das mercadorias havia sido entregue a destinatário diverso do indicado na documentação fiscal. Diante dessa situação, com base na Lei 11.580/96 do Paraná, assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade pelo pagamento do ICMS.

- a) O transportador será responsável pelo pagamento do ICMS devido, pois realizou o transporte com documentação fiscal inidônea e entregou mercadoria a destinatário diverso do indicado na nota fiscal.
- b) O transportador não pode ser responsabilizado pelo ICMS, pois a obrigação tributária recai exclusivamente sobre o remetente da mercadoria.
- c) A responsabilidade pelo ICMS cabe ao destinatário da mercadoria, pois ele recebeu o bem sem a devida documentação fiscal.
- d) O ICMS só será exigido do transportador se houver comprovação de dolo ou intenção de fraude na operação.
- e) Caso a transportadora não tenha participado da emissão da nota fiscal inidônea, ela estará isenta de qualquer responsabilidade tributária.

65. Com base na Lei do IPVA do Estado do Paraná, analise as afirmativas abaixo sobre responsabilidade pelo pagamento do imposto, restituição de valores pagos indevidamente e hipóteses de isenção:

- I. O despachante que promover o registro e licenciamento de um veículo sem o pagamento do IPVA será responsável solidário pelo imposto devido, mesmo que tenha agido sem dolo ou culpa.
- II. Caso um contribuinte pague um valor maior de IPVA do que o devido, ele terá direito à restituição do indébito, mas sem correção monetária, pois a legislação não prevê atualização do valor a ser restituído.
- III. Um veículo terrestre que tenha mais de 20 anos de fabricação ou cujo tipo seja proibido de trafegar em vias públicas estará isento do IPVA, independentemente de qualquer outro critério.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Todas as afirmativas estão erradas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

66. Com base na Lei Complementar do IBS e da CBS, analise as afirmativas abaixo sobre a tributação do fornecimento de bens e serviços em uma mesma operação:

- I. Quando diferentes bens e serviços forem fornecidos em uma mesma operação, a regra geral exige que cada fornecimento seja especificado com seu respectivo valor, salvo se todos estiverem sujeitos ao mesmo tratamento tributário ou se houver um fornecimento principal ao qual os demais sejam acessórios.
- II. Se um serviço e um bem forem fornecidos conjuntamente e o serviço for condição necessária para a entrega do bem, o serviço será considerado acessório e ambos serão tributados conforme a regra aplicável ao fornecimento principal.

III. Se diferentes bens e serviços forem cobrados de forma unificada, mas estiverem sujeitos a regimes de tributação distintos, a cobrança conjunta será aceita, desde que os valores sejam detalhados na nota fiscal.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Todas as afirmativas estão erradas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

67. A empresa AutoLux Veículos Ltda., concessionária de automóveis localizada no Estado de São Paulo, vendeu um carro de luxo para Carlos Menezes, que possui domicílio principal no Estado do Paraná e uma casa de praia no Estado do Rio de Janeiro. No momento da compra, Carlos solicitou que o veículo fosse entregue diretamente em sua casa de praia no Rio de Janeiro, pois pretendia usá-lo naquele local. Diante dessa situação, o setor fiscal da concessionária ficou em dúvida sobre qual estado teria competência para exigir o IBS.

Com base na Lei Complementar do IBS, assinale a alternativa correta:

- a) O IBS é devido ao Estado de São Paulo, pois é o local onde ocorreu a venda do veículo.
- b) O IBS é devido ao Estado do Rio de Janeiro, pois foi onde o veículo foi entregue ao comprador.
- c) O IBS é devido ao Estado do Paraná, pois a operação deve ser considerada ocorrida no local do domicílio principal do destinatário.
- d) O imposto deve ser partilhado entre os estados do Paraná e do Rio de Janeiro, pois o veículo será utilizado em ambos os locais.
- e) A tributação dependerá do local onde o comprador realizará o primeiro emplacamento do veículo.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA*Rafael Rocha*

68. De acordo com a lei 18.573/15, pode-se afirmar que é isenta do ITCD:

- a) a doação de bens e de direitos, quando realizada na constância do casamento, exceto em relação ao patrimônio particular.
- b) a transmissão *causa mortis* de um imóvel rural por beneficiário, cuja área não seja superior a 25ha e com valor não superior a 7.500 UPF/PR, de cuja exploração do solo dependa o sustento da família do cônjuge supérstite, do herdeiro ou do sucessor, desde que não possua outro, inclusive urbano.
- c) a extinção de usufruto ou de qualquer outro direito real, que resulte na consolidação da propriedade plena.
- d) a transmissão *causa mortis* de único imóvel, por beneficiário, destinado exclusivamente à moradia do cônjuge sobrevivente ou de herdeiro, que outro não possua.
- e) a transmissão *causa mortis* de valores não recebidos em vida pelo respectivo titular, correspondentes à remuneração oriunda de relação de trabalho ou a rendimentos de aposentadoria ou pensão devidos por Institutos de Seguro Social e Previdência Pública, verbas e representações de caráter alimentar decorrentes de decisão judicial em processo próprio, e o montante de contas individuais de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e do Fundo de Participações - PIS/PASEP, limitados a 5.000 UPF/PR.

69. Com base na lei complementar 107/15, pode-se afirmar que, lavrado o termo de início de fiscalização, o prazo máximo para a ultimação das diligências é de:

- a) 90 dias, prorrogável uma vez pelo mesmo período.
- b) 90 dias, prorrogável por, no máximo, 180 dias.
- c) 180 dias, improrrogáveis.
- d) 180 dias, prorrogável uma vez por 90 dias.
- e) 180 dias, prorrogável uma vez pelo mesmo período.

70. Com base na lei 18.877/16, pode-se afirmar que não configura hipótese de impedimento do julgador:

- a) O julgador ter atuado no lançamento do tributo ou como Representante Fiscal nos autos.
- b) Motivo de foro íntimo do julgador.
- c) Quando o houver interesse econômico ou financeiro por parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral até o quarto grau.
- d) Quando o julgador tiver atuado na qualidade de perito.
- e) Quando o julgador de segunda instância administrativa já tiver atuado como julgador de primeira instância.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Maurício*

71. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) É legítima a criação, por parte dos Estados e do DF, de taxa de combate a incêndios, tendo em vista tal atividade ser desempenhada pelo Corpo de Bombeiros Militar, no âmbito da Segurança Pública, que é exercida pelos Estados e DF.

II-) As multas tributárias aplicadas em virtude de sonegação, fraude ou conluio devem se limitar a 100% da dívida tributária, sendo possível que o montante chegue a 150% da dívida em caso de reincidência.

III-) É legítima a utilização de meios indiretos de coerção ao pagamento de anuidades dos conselhos profissionais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I, II e III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) III.

72. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta a respeito da contribuição de melhoria:

- a) pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- b) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- c) o seu valor arrecadado será utilizado para financiar a obra pública realizada.
- d) possui como limite total a despesa realizada.
- e) possui como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

73. A União alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a União aplica em suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedida aos Entes Federados.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a União é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a União, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a União não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido, e o particular, na figura de responsável tributário, deve efetuar o pagamento.

74. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.

II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.

III-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

75. Em relação à Responsabilidade Tributária, à Luz do CTN, julgue os itens a seguir:

I-) A Capacidade Tributária Passiva pode existir, ainda que a capacidade mental do sujeito passiva esteja totalmente comprometida.

II-) Havendo previsão em lei, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

III-) No caso de Responsabilidade Solidária, salvo disposição de lei em contrário, o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

76. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

I-) Na sistemática da substituição tributária para frente, em que o contribuinte substituído revende a mercadoria por preço menor do que a base de cálculo presumida para o recolhimento do tributo, deve ser aplicada a condição prevista no art. 166 do CTN.

II-) É devida a restituição da diferença das contribuições para o Programa de Integração Social – PIS e para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins pagas a mais, no regime de substituição tributária, se a base de cálculo efetiva das operações for inferior à presumida.

III-) O consumidor final de serviço de telecomunicações não tem legitimidade ativa para solicitar a restituição tributária de valor indevidamente recolhido referente ao ICMS incidente sobre o fornecimento do serviço.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

77. Conforme dispõe a Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 132/2023, julgue os itens a seguir:

I-) O produto da arrecadação do IBS e da CBS, incidentes sobre operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas, inclusive suas importações, será integralmente destinado ao ente federativo contratante, mediante redução a zero das alíquotas do imposto e da contribuição devidos aos demais entes e equivalente elevação da alíquota do tributo devido ao ente contratante.

II-) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, exceto suas organizações assistenciais e beneficentes.

III-) É possível o Imposto Seletivo ter a mesma Base de Cálculo e o mesmo Fato Gerador do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

78. Conforme prevê a Constituição Federal, em relação às novidades trazidas pela Reforma Tributária, o Sistema Tributário Nacional deve observar diversos princípios, exceto:

- a) da simplicidade.
- b) da transparência.
- c) da justiça tributária.
- d) da economicidade.
- e) e da defesa do meio ambiente.

79. O comércio ABCXY Ltda., era devedora de ICMS, cujo Fato Gerador ocorreu no dia 05/05/2024, e cujo respectivo recolhimento deveria ocorrer até o dia 10/06/2024. Ocorre que somente no dia 12/06/2024 a empresa declarou ao Fisco seu débito de ICMS no valor de R\$450.000,00, e efetuou o pagamento de R\$320.000,00.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

- a) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$130.000,00, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele que o lançamento poderia ter efetuado.
- b) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$130.000,00, a contar do Fato Gerador da Obrigação.
- c) Há um prazo decadencial para o Fisco cobrar a diferença de R\$130.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.
- d) Há um prazo prescricional para a Fazenda Pública cobrar a diferença de R\$130.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.
- e) Não é caso nem de decadência e nem de prescrição, estando o sujeito passivo apenas aguardando a homologação do pagamento.

80. Em relação ao IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, analise os itens a seguir:

- I-) Será informado pelo princípio da neutralidade.
- II-) Cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica.
- III-) Será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação.

São características do IBS o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

81. Sobre a teoria do consumidor, é correto afirmar que:

- a) A restrição orçamentária não influencia as escolhas do consumidor, pois este sempre busca maximizar sua utilidade sem limitações financeiras.
- b) A curva de indiferença mostra todas as combinações possíveis de bens que um consumidor pode adquirir com sua renda.
- c) O efeito substituição ocorre quando uma variação no preço de um bem altera a escolha do consumidor entre diferentes bens, mantendo o mesmo nível de satisfação.
- d) A utilidade de um bem sempre aumenta de maneira linear à medida que a quantidade consumida cresce.
- e) O efeito renda e o efeito substituição sempre levam o consumidor a aumentar o consumo do bem mais barato.

82. Sobre elasticidades, marque a alternativa correta:

- a) A elasticidade-preço da demanda mede o impacto da renda do consumidor sobre a quantidade demandada de um bem.
- b) A elasticidade-preço cruzada é sempre negativa, pois um aumento no preço de um bem reduz a demanda de outro.
- c) A elasticidade-preço da oferta é maior no curto prazo do que no longo prazo.
- d) Se a demanda de um bem é inelástica, um aumento no preço aumenta a receita total do vendedor.
- e) A elasticidade-renda de bens inferiores é sempre positiva.

83. Em um mercado de concorrência perfeita, podemos afirmar que:

- a) As empresas têm poder de mercado para influenciar o preço dos produtos.
- b) Há barreiras à entrada e saída de empresas no mercado.
- c) No longo prazo, o lucro econômico das empresas tende a zero.
- d) Os produtos vendidos por diferentes empresas são diferenciados entre si.
- e) A maximização de lucros ocorre quando a receita marginal é inferior ao custo marginal.

84. Sobre política monetária, marque a alternativa correta:

- a) O Banco Central controla diretamente a taxa de inflação ao definir sua meta.
- b) O principal instrumento da política monetária é a política fiscal.
- c) O aumento da taxa básica de juros reduz a inflação ao desestimular o consumo e o investimento.
- d) A política monetária expansionista consiste no aumento da taxa de juros.
- e) O controle da oferta monetária não afeta a taxa de câmbio.

85. Sobre falhas de mercado, é correto afirmar que:

- a) Externalidades ocorrem quando os preços refletem integralmente os custos e benefícios sociais de um bem.
- b) O problema do carona se refere ao fato de que bens públicos podem ser excluídos do consumo.
- c) O risco moral ocorre quando uma parte envolvida em uma transação tem mais informações que a outra e age de maneira oportunista.
- d) Assimetrias de informação não afetam a eficiência do mercado.
- e) Bens públicos são oferecidos apenas pelo setor privado.

86. O déficit orçamentário de um governo ocorre quando:

- a) A arrecadação de tributos é superior aos gastos do governo.
- b) Os gastos do governo superam sua arrecadação.
- c) A dívida pública do governo é reduzida.
- d) O governo acumula superávit primário.
- e) O orçamento do governo está equilibrado.

87. O que caracteriza um imposto regressivo?

- a) Ele incide mais pesadamente sobre pessoas com maior renda.
- b) Ele é cobrado apenas de grandes empresas.
- c) Ele representa uma proporção maior da renda de pessoas com menor poder aquisitivo.
- d) Ele incide exclusivamente sobre bens de luxo.
- e) Ele é utilizado para financiar exclusivamente políticas sociais.

88. Sobre a política fiscal, assinale a alternativa correta:

- a) O principal objetivo da política fiscal é controlar a taxa de câmbio.
- b) Um aumento nos gastos públicos pode estimular a economia no curto prazo.
- c) A arrecadação de impostos não tem relação com o nível de atividade econômica.
- d) A política fiscal é conduzida exclusivamente pelo Banco Central.
- e) O déficit orçamentário ocorre quando os gastos públicos são menores do que a arrecadação.

89. Sobre os princípios da tributação, é correto afirmar que:

- a) O princípio da neutralidade implica que os impostos devem distorcer ao máximo as decisões econômicas.
- b) A progressividade tributária significa que todos pagam a mesma alíquota de imposto, independentemente da renda.
- c) Um imposto sobre valor agregado reduz a cumulatividade da tributação ao longo da cadeia produtiva.
- d) A regressividade tributária ocorre quando os mais ricos pagam proporcionalmente mais impostos do que os mais pobres.
- e) Tributos sobre consumo são progressivos, pois incidem apenas sobre produtos de luxo.

90. Sobre o impacto da tributação na eficiência econômica, é correto afirmar que:

- a) Tributos sobre bens essenciais costumam ter menor impacto regressivo do que tributos sobre bens supérfluos.
- b) A guerra fiscal entre estados resulta na redução da arrecadação tributária de todos os envolvidos.
- c) A progressividade do imposto de renda reduz a carga tributária sobre as camadas mais ricas da população.
- d) A eficiência econômica é maximizada quando os tributos são cobrados apenas sobre a produção e não sobre o consumo.
- e) A teoria da tributação ótima sugere que impostos devem ser completamente eliminados para evitar distorções econômicas.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

91. O Passivo deve ser classificado como circulante quando:

1. espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
2. está mantido essencialmente com o propósito de ser pago no longo prazo.
3. deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço.
4. a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- c) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- d) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

92. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, assinale a alternativa que indique apenas despesas classificadas de acordo com o método da função, em uma empresa industrial.

- a) custo dos serviços prestados e despesas de depreciação
- b) despesas de salários e despesas financeiras
- c) despesas de publicidade e consumo de matérias-primas
- d) despesas de amortização e despesas com perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa
- e) despesas comerciais e despesas administrativas

93. Uma empresa que possui Duplicatas a Receber registradas em seu Ativo Circulante realiza um desconto de duplicatas em um determinado montante.

Considerando que a operação de desconto foi realizada com duplicatas que tinham vencimentos futuros (180 dias), o valor dos juros descontados a serem reconhecidos no ato da operação devem ser contabilizados como

- a) despesas financeiras no Resultado.
- b) conta redutora das duplicatas descontadas no Ativo.
- c) conta redutora das Receitas, no Resultado.
- d) despesa antecipada, no Ativo Circulante.
- e) conta redutora das duplicatas descontadas no Passivo.

94. A empresa comercial SS S.A. adquiriu, a prazo, mercadorias para revenda no valor de R\$ 123.000,00. Nesse valor estão embutidos tributos não cumulativos no montante de R\$ 34.000,00. O custo do frete correu por conta do fornecedor, mas a compradora arcou com despesas de seguros para o transporte das mercadorias da fábrica até seu armazém, no valor de R\$ 1.000,00, que serão pagos 10 dias após o recebimento das mercadorias. A operação referida pode ser contabilizada na empresa compradora, conforme o lançamento a seguir

- a) D MERCADORIAS PARA REVENDA 124.000,00
D TRIBUTOS A RECUPERAR 34.000,00
C TRIBUTOS A RECOLHER 34.000,00
C FORNECEDORES 124.000,00
- b) D MERCADORIAS PARA REVENDA 89.000,00
D DESPESAS COM SEGUROS 1.000,00
D TRIBUTOS A RECUPERAR 34.000,00
C FORNECEDORES 124.000,00
- c) D MERCADORIAS PARA REVENDA 90.000,00
D DESPESAS TRIBUTÁRIAS 34.000,00
C FORNECEDORES 124.000,00
- d) D MERCADORIAS PARA REVENDA 123.000,00
D DESPESAS COM SEGUROS 1.000,00
D FORNECEDORES 124.000,00
- e) D MERCADORIAS PARA REVENDA 90.000,00
D TRIBUTOS A RECUPERAR 34.000,00
C FORNECEDORES 124.000,00

95. Os dados a seguir foram extraídos da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE).

Receita de vendas	185.600
Custo das mercadorias vendidas	63.200
Receita de serviços	42.300
Custo dos serviços prestados	21.900
Impostos sobre vendas	26.400
Impostos sobre serviços	11.200
Provisão para IR	15.300
Devoluções e Abatimentos	9.500

Com base nesses dados, é correto afirmar que a Receita Líquida foi de

- a) \$ 95.700.
- b) \$ 142.800.
- c) \$ 227.900.
- d) \$ 190.300.
- e) \$ 180.800.

96. A Cia. Canoas recebeu em janeiro de 20x3 um terreno do Governo do Estado para construção de uma fábrica de motocicletas, que irá criar empregos diretos e indiretos e incentivar o desenvolvimento da região. No termo de transferência, o valor informado do terreno foi de R\$ 6,5 milhões, mas a Cia. Canoas apurou que o valor justo do terreno era de R\$ 9,8 milhões. A construção da fábrica durou dois anos, a partir do recebimento do terreno. Após a conclusão da obra, a fábrica entrou em operação, cujo período é estimado em 25 anos.

De acordo com as orientações do CPC 07 (R1), a Cia. Canoas deve:

- a) apresentar uma subvenção governamental, de R\$ 6,5 milhões, como receita diferida no passivo;
- b) reconhecer uma receita de subvenção, de R\$ 6,5 milhões, quando do recebimento do terreno por se tratar de um item não monetário;
- c) reconhecer uma receita de subvenção, de R\$ 9,8 milhões, ao longo do tempo de operação da fábrica;
- d) registrar uma subvenção no Patrimônio Líquido, de R\$ 6,5 milhões, por se tratar de subvenção para investimento;
- e) registrar uma subvenção no Patrimônio Líquido, de R\$ 9,8 milhões, como Reserva de capital.

CONTABILIDADE AVANÇADA
Marcondes Fortaleza

97. Uma Sociedade Empresária produz certo tipo de produto agrícola que é negociado em dois diferentes mercados ativos (Mercado A e Mercado B) a preços diferentes. Tanto o Mercado A quanto o Mercado B não são considerados o mercado principal para esse produto agrícola, mas a empresa pode acessar os preços do produto agrícola nesses dois mercados na data de sua mensuração. Outras informações também são conhecidas:

▪ **Mercado A**

R\$ 40,00/saca preço que seria recebido pela venda do produto agrícola

R\$ 6,00/saca custos para transportar o produto agrícola a esse mercado

R\$ 5,00/saca custos de transação no Mercado A

▪ **Mercado B**

R\$ 38,00/saca preço que seria recebido pela venda do produto agrícola

R\$ 4,00/saca custos para transportar o produto agrícola a esse mercado

R\$ 4,00/saca custos de transação no Mercado B

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 46 (R2) – Mensuração do valor justo e NBC TG 29 (R2) – Ativo biológico e produto agrícola, assinale a alternativa que apresenta o valor correto da mensuração do valor justo do produto agrícola negociado pela Sociedade Empresária.

- a) R\$ 40,00/saca.
- b) R\$ 38,00/saca.
- c) R\$ 34,00/saca.
- d) R\$ 35,00/saca.
- e) R\$ 30,00/saca.

98. A empresa É LENHA apresentava o seguinte Balanço Patrimonial em 31/12/2020:

Ativo			
Ativo Circulante	50.000		
Caixa	50.000		
Ativo não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo	19.600		
Clientes	20.000		
PECLD	- 400	Patrimônio Líquido	137.600
Propriedade para Investimento	60.000		
Terreno	60.000		
Ativo Imobilizado	8.000		
Máquina	10.000		
Depreciação Acumulada	- 2.000		
Total do Ativo	137.600	Total do PL	137.600

Na data, o terreno era avaliado ao custo, sendo que seu valor justo era de R\$ 70.000,00. Além disso, a máquina tinha sido comprada em 02/01/2020 e era depreciada pelo método dos benefícios gerados. A empresa tinha a intenção de utilizar a máquina por seis anos e depois doá-la. Na elaboração do balanço patrimonial da empresa em 31/12/2021, verificou-se que a previsão para as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) era de 3%. Além disso, os contadores da empresa julgaram que a informação contábil se aproximaria mais da realidade, caso os terrenos fossem avaliados ao valor justo e a máquina depreciada pelo método da linha reta. O valor justo do terreno na data era de R\$ 85.000,00. Assinale, a seguir, os valores do ativo total em 31/12/2021, após eventuais ajustes necessários, de acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

- a) R\$ 146.600,00.
- b) R\$ 147.100,00.
- c) R\$ 147.600,00.
- d) R\$ 160.800,00.
- e) R\$ 162.600,00.

99. As Cias. C e M apresentavam os seguintes balanços patrimoniais em 31/12/2019:

	Cia C	Cia M
Caixa	25.000	30.000
Terrenos	50.000	40.000
Total das Aplicações	75.000	70.000
Capital Social	75.000	70.000
Total das Origens	75.000	70.000

Na data, o terreno da Cia. C tinha valor justo de R\$ 70.000, enquanto o terreno da Cia. M tinha valor justo de R\$ 55.000.

Em 02/01/2020, os sócios das duas empresas fazem uma fusão, constituindo a Cia. CM.

Assinale a opção que indica o valor do patrimônio líquido da Cia. CM na data da fusão.

- a) R\$ 290.000,00.
- b) R\$ 180.000,00.
- c) R\$ 150.000,00.
- d) R\$ 145.000,00.
- e) R\$ 140.000,00.

100. Certa entidade tem uma obrigação tributária a pagar, no montante de R\$ 100.000,00 com juros de 10% ao ano, sem correção monetária, com pagamento em parcela única ao final de 24 meses.

A taxa de juros do mercado é de 15% ao ano.

De acordo com as normas do CPC 12, o valor presente inicial dessa obrigação é:

- a) R\$ 91.493,38;
- b) R\$ 109.297,52;
- c) R\$ 75.614,36;
- d) R\$ 91.115,70;
- e) R\$ 82.644,63.

101. Determinada sociedade anônima adquiriu 80% das ações de uma companhia, por \$ 3 milhões. Os dados patrimoniais da companhia são mostrados a

seguir. A alíquota de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido (IR/CSLL) vigente é de 34%.

	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo	5.000.000,00	6.000.000,00
Passivo Exigível	2.000.000,00	2.000.000,00

Nessas condições, a mais valia registrada na aquisição das ações foi de:

- a) 0,00.
- b) 72.000,00.
- c) 528.000,00.
- d) 800.000,00.
- e) 1.000.000,00.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Marcondes Fortaleza

102. A Companhia ACREDITAR fabrica um único tipo de produto e apresentou as seguintes informações em determinado período:

Quantidade Produzida: 15.000 unidades;

Custos Variáveis: R\$ 187.500,00;

Custos Fixos: R\$ 112.500,00;

Despesas Variáveis: R\$ 30.000,00;

Despesas Fixas: R\$ 20.000,00;

Quantidade Vendida: 10.000 unidades; e,

Preço de Venda Unitário: R\$ 30,00.

De acordo com as informações anteriores e considerando o custeio por absorção, assinale a alternativa correspondente ao Resultado Líquido do Período.

- a) R\$ 50.000,00.
- b) R\$ 56.666,67.
- c) R\$ 60.000,00.
- d) R\$ 66.666,67.
- e) R\$ 80.000,00.

103. No mês de setembro de 2022, foi iniciada a produção de 4.000 unidades de um determinado produto, na empresa APRENDER S/A. Ao final do mês, 3.000 unidades estavam totalmente concluídas e restaram 1.000 unidades em processo. O percentual de conclusão das unidades em processo é de 60%. O custo total de produção do período foi de R\$ 720.000,00. O Custo de Produção dos Produtos Acabados é:

- a) R\$ 800.000,00.
- b) R\$ 720.000,00.
- c) R\$ 600.000,00.
- d) R\$ 500.000,00.
- e) R\$ 360.000,00.

104. Marque a alternativa correta:

- a) Estruturas diferenciadas em termos de composição de Custos e Despesas Fixas e Variáveis não provocam diferenciadas condições de resistências e oscilações nos volumes e preços de venda.
- b) Cada vez que ocorre uma alteração no valor dos Custos e Despesas Fixos, o que resultar de acréscimo percentual sobre esse total redundará em igual aumento percentual sobre o ponto de equilíbrio.
- c) Embora tenhamos Custos perfeitamente fixos, não há Despesas perfeitamente fixas.
- d) À medida que aumenta a Margem de Segurança, cresce a Alavancagem Operacional.
- e) A margem de contribuição é um conceito amplamente utilizado no âmbito do Custeio por Absorção.

105. Marque a alternativa correta:

- a) O ponto de equilíbrio contábil consiste na quantidade produzida e vendida em que, computados apenas os custos e despesas fixos que geram desembolso. .
- b) O ponto de equilíbrio financeiro é aquele em que o lucro contábil apurado na atividade empresarial é igual ao rendimento que seria obtido se o capital aplicado fosse destinado a outra alternativa de investimento.
- c) O ponto de equilíbrio econômico é aquele em que, ao produzir e vender um determinado número de unidades, a indústria apura resultado igual a zero, isto é, não há lucro nem prejuízo.
- d) A margem de contribuição é equivalente a quantidade produzida e vendida acima do ponto de equilíbrio.
- e) Há situações específicas em que quanto mais unidades vendidas, menor o lucro, podendo chegar até ao prejuízo.

106. Considere os seguintes dados da empresa MAVIFOR S/A:

- Quantidade vendida = 258 u.
- Custos e despesas variáveis = R\$ 250,00/u.
- Custos e despesas fixos = R\$ 50.000,00/mês.
- Preço de venda = R\$ 500,00/u.

A margem de segurança operacional, em unidades, é de:

- a) 258 unidades.
- b) 200 unidades.
- c) 72 unidades.
- d) 58 unidades.
- e) 30 unidades.

AUDITORIA FISCAL*Tonyvan Carvalho*

107. No curso do seu trabalho de auditoria nas demonstrações financeiras da empresa ABC Ltda., determinado auditor depara-se com situação de saldo credor na chamada conta “Caixa”. Neste contexto, sabe-se que a situação concreta pode ser um indício da seguinte prática por parte da administração da empresa auditada:

- a) omissão de receitas.
- b) passivos a descoberto.
- c) distribuição disfarçada de lucros.
- d) registro extemporâneo de provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- e) ajuste ao valor recuperável de ativos.

108. Assinale a alternativa que apresenta o procedimento de auditoria mais indicado para a confirmação dos saldos registrados por empresa na conta de “ativo imobilizado”, subconta “terrenos não edificáveis”.

- a) Inventário.
- b) Circularização.
- c) Inspeção de documentos.
- d) Segregação de funções.
- e) Observação.

109. José, servidor do município X, realizou, de forma involuntária, o registro contábil equivocado de um evento que resultou em dano ao erário e, ao mesmo tempo, em enriquecimento ilícito de João, gestor da empresa K. Lote Ltda, que mantinha um vínculo contratual com o referido município, tendo por objeto a prestação de serviços de limpeza.

Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que José incorreu em

- a) fraude.
- b) dolo.

- c) erro.
- d) culpa grave.
- e) quebra de confiança.

110. Em relação aos usuários do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), analise os itens a seguir.

- I. A Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.
- II. As administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, independentemente de convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal.
- III. Os órgãos e entidades da Administração Pública federal direta e indireta que têm atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das pessoas jurídicas, exceto as imunes ou isentas.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

111. O arquivo digital da EFD gerado pelo contribuinte deverá ser submetido à validação de consistência de leitura efetuada pelo software Programa de Validação e Assinatura da Escrituração Fiscal Digital (PVA-EFD). Essa validação contempla no mínimo algumas verificações obrigatórias. Assinale a alternativa que não apresenta uma dessas verificações.

- a) Dados cadastrais do declarante.
- b) Autoria, autenticidade e validade da assinatura digital.
- c) Integridade do arquivo.
- d) Existência de arquivo já recepcionado para o mesmo período de referência.
- e) Veracidade das informações tributárias apresentadas

112. Em relação à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), assinale a alternativa incorreta:

- a) O DANFE somente poderá ser utilizado para transitar com as mercadorias após a concessão da Autorização de Uso da NF-e.
- b) Trata-se de documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital.
- c) A validade jurídica da NF-e é garantida por uma assinatura eletrônica qualificada.
- d) Para emissão da NF-e, o contribuinte deverá estar previamente credenciado na unidade federada em cujo cadastro de contribuinte do ICMS estiver inscrito.
- e) A NF-e poderá ser utilizada em substituição à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4, por qualquer contribuinte.

PRÁTICA EM ANÁLISE DE DADOS

Emannuelle Gouveia

113. O número 127 em decimal equivale a qual valor no sistema binário:

- a) 1111111
- b) 0000001
- c) 0101010
- d) 1100101
- e) 1110001.

114. Considere uma planilha MS Excel na qual a célula A1 contém o valor 100 e a célula A3 contém a fórmula $=A1/A2*100$ e exibe o texto “#VALOR!”.

Dado que as células A1, A2 e A3 estão formatadas como “Geral”, é correto concluir que na célula A2

- a) nada foi digitado.
- b) foi digitada uma string.
- c) foi digitado o número “0,00001”.
- d) foi digitado o número “0”.
- e) foi digitada a string “18/05/25”.

115. Considere o seguinte trecho de planilha elaborado no Microsoft Excel 365 em português:

	A	B
1	23	
2	14	
3	17	
4	19	
5	34	
6	53	
7	$=\text{MAIOR}(A1:A6;2)$	

O valor mostrado na célula A7, após a resolução da função, será:

- a) 19.
- b) 53.
- c) 34
- d) 17
- e) 23.

116. Pedro, em uma nova planilha no MS Excel, realizou os seguintes passos:

- digitou na célula A1 o valor 0;
- digitou na célula A2 o valor 1;
- digitou na célula A3 a fórmula “ $=A1 + A2$ ”;
- selecionou a célula A3;
- digitou a combinação Ctrl + C no teclado;
- selecionou a área A4:A11;
- digitou a combinação Ctrl + V no teclado.

Ao final dessas operações, o valor exibido na célula A11 é:

- a) 55
- b) 21
- c) 1
- d) #erro
- e) 34

117. No Excel o usuário digitou a fórmula =F2+C\$5 na célula D2 e arrastou para a célula D5. O que aparecerá em D5?

- a) =F2+C\$5
- b) =F5+C\$5
- c) =\$F\$2+C\$5
- d) =I5+C\$5
- e) =I2+C\$5

118. No Excel o usuário digitou a função =Agora() . O que será apresentado na mesma célula quando ele apertar enter:

- a) Nada. O Excel não reconhece essa função e ignora o comando
- b) A data e a hora do sistema.
- c) A data e a hora do sistema atualizadas
- d) A data atual apenas
- e) Uma mensagem de erro.

119. O Excel, hoje, na era da análise de dados, é um dos aplicativos mais utilizados por empresas no mundo. Ele oferece uma série de funcionalidades para tais tarefas e para desenvolvimento de rotinas pelas equipes. Das alternativas abaixo, marque a opção que apresenta a funcionalidade do Excel que permite automatizar tarefas repetitivas.

- a) Tabela Dinâmica.
- b) Power Query.
- c) Colaboração em tempo real.
- d) Macro.
- e) Validação de Dados.

120. No Excel, considere a seguinte planilha,

CODIGO DO FUNCIONARIO	NOME DO FUNCIONÁRIO	VALOR DA INDENIZAÇÃO
1	ANTONIO	R\$3.200,00
2	PEDRO	R\$4.800,00
3	CARLOS	R\$980,00
4	ANA	R\$2.000,00
5	JOÃO	R\$1.500,00

O setor de pagamentos precisa implantar uma política de desconto em função da data de pagamento. Para isso, pretende implementar uma fórmula que calcule o desconto no pagamento do valor da indenização segundo a regra:

- Se o pagamento for feito até o dia 05, considerando-se a data corrente, o desconto a ser aplicado é de 10%
- Se o pagamento for realizado entre os dias 06 e 10, considerando-se a data corrente, o desconto a ser aplicado é de 5%.

Em ambos os casos, considera-se como referência a data corrente de pagamento, com vistas à comparação com os limites apresentados. Como exemplo, se a data de execução da fórmula for 11/03/2025, não haverá desconto. Já se a fórmula for executada no dia 02/04/2025, o desconto aplicado será de 10%.

Assinale a opção que apresenta a fórmula que implementa a situação descrita para o funcionário de código 1.

- a) =SE(DIA(HOJE())=5;C2*0,9;SE(DIA(HOJE())=10;C2*0,95;C2))
- b) =SE(HOJE()<=5;C2*0,9;SE(HOJE()<=10;C2*0,95;C2))
- c) =SE(DATA()<=5;C2*0,9;SE(DATA()<=10;C2*0,95;C2))
- d) =SE(HOJE()=5;C2*0,9;SE(HOJE()=10;C2*0,95;C2))
- e) =SE(DIA(HOJE())<=5;C2*0,9;SE(DIA(HOJE())<=10;C2*0,95;C2))

121. Maria, que está realizando uma manutenção em alguns dados no Banco de Dados, inadvertidamente executou um comando em SQL que apagou todos os dados de uma determinada tabela e também a estrutura da mesma. Nesse caso, podemos afirmar que Maria usou o comando:

- a) DROP TABLE seguido do nome da tabela
- b) TRUNCATE TABLE seguido do nome da tabela
- c) DELETE ALL seguido do nome da tabela
- d) DELETE * seguido do nome da tabela
- e) UPDATE seguido do nome da tabela

122. Para aumentar a qualidade dos dados, muitas vezes são adotadas técnicas de Data Cleaning. Sobre elas é correto afirmar:

- a) Não deve ser utilizada em grandes negócios, pois pode ser considerada como uma etapa desnecessária para a tomada de decisão
- b) É uma técnica muito usada pelos bancos de dados no processamento de dados estruturados
- c) Deve ser adotada para todas as soluções de pequenos volumes de dados
- d) Consiste em um processo de eliminação de dados inválidos, “sujos” ou pouco informativos.
- e) Exige a montagem e criação de uma outra base de dados para o seu armazenamento.

123. O elemento básico utilizado para identificar um registro único em uma tabela é:

- a) Índice.
- b) View.
- c) Chave estrangeira.
- d) Chave primária.
- e) Chave Composta.

124. Sobre SQL, analise as assertivas abaixo:

- () O operador LIKE pode ser usado em uma cláusula WHERE para procurar um padrão de texto especificado em uma coluna. Ele permite o uso de dois curingas: o sinal de % representa zero, um ou vários caracteres a partir daquela posição e o sinal de - representa um único caractere naquela posição.
- () O operador IN especifica vários valores em uma cláusula WHERE. Ele representa uma abreviação para múltiplas condições OR, AND, NOT e sequenciais.
- () A palavra-chave LEFT JOIN retorna todos os registros da tabela à esquerda em uma junção e os registros correspondentes da tabela à direita em uma junção. O resultado é zero registro do lado direito, se não houver correspondência.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F – V – V.
- b) F – F – V.
- c) V – V – F.
- d) V – F – V.
- e) F – F – F.

125. Considere uma tabela TESTE com colunas A e B, que podem conter valores nulos. TESTE possui 350 registros e, em 50% das linhas, há pelo menos uma coluna preenchida com o valor NULL.

Considere a consulta a seguir:

```
SELECT * FROM TESTE t1
```

```
WHERE t1.A = NULL or t1.B = NULL
```

O número mínimo de linhas de resultados que seriam retornadas pela consulta é igual a

- a) 0.
- b) 35.
- c) 175.
- d) 200.
- e) 350.

126. Sobre SQL, analise o comando abaixo:

```
SELECT * FROM TESTE1 FULL OUTER JOIN TESTE2 ON  
TESTE1.A=TESTE2.A
```

Tem-se que a coluna A foi definida como chave primária tanto em TESTE1 como em TESTE2, e que TESTE1 e TESTE2 contêm, respectivamente, 40 e 60 linhas.

Das letras abaixo, marque a opção que indica a estimativa do número de linhas produzidas pela execução do comando acima.

- a) 40, exatamente.
- b) 60, exatamente.
- c) 2.400, exatamente.
- d) Entre 40 e 60.
- e) Entre 60 e 100.

127. Ana Luísa está implementando um software e precisa desenvolver um algoritmo de desfazer/refazer de aplicativo utilizando o algoritmo LIFO (Last In, First Out). Para isso, ela deve usar qual estrutura de dados:

- a) fila;
- b) pilha;
- c) árvore;
- d) nó folha;
- e) tabela hash.

128. Carlos implementou o seguinte algoritmo em pseudocódigo. Nele temos a leitura de cinco números e, após efetuar algumas operações, é impresso o valor da variável x.

Programa Carlos

var

i: inteiro;

x, a: real;

início

x = 0;

para i de 1 até 5 faça:

leia(a);

x = x + (a / 5);

fim para;

escreva("Valor de x: ", x);

fim Programa;

Analisando o programa acima, imprime ao final:

- a) somatório dos números lidos;
- b) valor mínimo para os números lidos;
- c) desvio padrão dos números lidos;
- d) média dos números lidos;
- e) valor máximo para os números lidos.

129. Sobre os laços de repetição "for" e "while", analise as assertivas a seguir e indique a correta.

- a) O laço "for" é permite a declaração e inicialização de variáveis de controle dentro da própria estrutura do laço, enquanto o laço "while" exige que essas variáveis sejam definidas antes do laço.
- b) O laço "for" é usado quando se deseja percorrer uma coleção de valores, como um vetor ou uma pilha, enquanto o laço "while" é usado em situações em que é necessário repetir uma ação até que uma condição específica seja atendida.
- c) O laço "for" é adequado para situações em que o número de iterações é conhecido antecipadamente, enquanto o laço "while" atende situações em que o número de iterações é desconhecido e depende de uma condição.
- d) O laço "while" é mais difícil de ser rastreado e, por isso, mais propenso a causar loops infinitos se a condição de parada não for adequadamente definida, enquanto o laço "for" oferece controle sobre o número de iterações devido à sua estrutura mais definida.
- e) O laço "while" é mais eficiente em termos de desempenho do que o laço "for", pois avalia a condição de parada apenas no início de cada iteração, enquanto o laço "for" precisa avaliar a condição a cada iteração.

130. Considere a expressão: M(ã|a)es e os termos exibidos abaixo e assinale o número de termos que atendem ao padrão especificado:

Mês

Mãs

Mães

Maes

Mes

a) Um.

b) Dois.

c) Três.

d) Quatro.

e) Cinco.

Discursiva

Considere que, no dia 5 de maio, tenha sido publicada lei federal revogadora de isenção concedida a contribuintes do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Relativamente a essa hipótese, responda, com a devida fundamentação, aos seguintes questionamentos.

- a) Em que consistem a isenção autônoma e a heterônoma?
- b) Admite-se, no ordenamento jurídico brasileiro, a isenção heterônoma?
- c) Quando entrará em vigor a mencionada lei revogadora da isenção?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
